

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**LETICIE BEATRIZ PEREIRA MARQUES**

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO  
INTERIOR DO PIAUÍ**

**PICOS – PI**

**2024**



**LETICIE BEATRIZ PEREIRA MARQUES**

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO  
INTERIOR DO PIAUÍ**

Monografia apresentada ao curso de Nutrição, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção da nota da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Márcia Soares Cavalcante.

**PICOS – PI**

**2024**



**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**M357s** Marques, Leticie Beatriz Pereira.  
Segurança alimentar em comunidade quilombola do interior do Piauí./  
Marques, Leticie Beatriz Pereira. – 2024.  
24 f.

1 Arquivo em PDF  
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB  
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do  
Piauí, Curso de Bacharelado em Nutrição, Picos, 2024.  
“Orientação: Profa. Dra. Regina Márcia Soares Cavalcante.”

1. Nutrição-Piauí. 2. Segurança alimentar. 3. Nutrição-quilombola.  
I. Marques, Leticie Beatriz Pereira. II. Cavalcante, Regina Márcia  
Soares. IV. Título.

**CDD 362.19**

**Elaborado por Sérvulo Fernandes da Silva Neto CRB 15/603**

LETICIE BEATRIZ PEREIRA MARQUES

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA  
DO INTERIOR DO PIAUÍ**

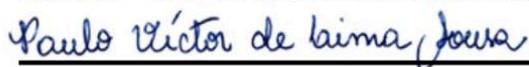
Monografia apresentada ao curso de Nutrição, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção da nota da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

**Aprovado em:** 16/02/2024

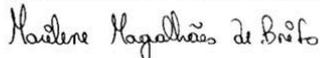
Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_

Presidente – Prof.ª Dr.ª Regina Márcia Soares Cavalcante(UFPI/CSHNB).

  
\_\_\_\_\_

Examinador 1 – Prof. Dr. Paulo Vítor de Lima Sousa(Facid)

  
\_\_\_\_\_

Examinador 2 – Profa. Me. Marilene Magalhães de Brito(Uninassau)

À minha mãe, que é não apenas minha confidente e amiga, mas também minha maior inspiração. Sou profundamente grata pelo amor que dedicou a mim, pois é dele que derivam todas as minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aqui primeiramente a Olorum por me tornar forte, resiliente e digna de escrever sobre a Comunidade Custaneira que é um berço de conhecimento, ancestralidade e história.

Expresso minha gratidão a minha ancestralidade que a tanto tempo me acompanha, abrindo meus caminhos, me livrando dos contrários e me ensinando a importância de seguir em frente.

Aos meus pais, a quem devo tudo que sou e ainda serei. Agradeço por me proporcionarem todo amor, carinho, cuidado e atenção, por me educar e repassar todos os valores que tenho em mim.

A minha família, tia Arlete, tio Careca, tia Márcia e tia Marta, a qual me alegro em dizer que faço parte desse amor. Aos meus primos, Andresa, Geraldo e Katarynna, por toda união e por nunca deixarem a nossa infância ser esquecida.

A minha Mãe de Santo e aos meus irmãos de santo do Terreiro Pai Tobias de Aruanda, que mesmo distante sei que vibram e oram pelas minhas conquistas. Eu amo vocês!

Aos meus irmãos Ary e Luciene, ao qual não compartilhamos somente a casa, mas também a vida. Vocês dois foram essenciais durante todas minhas vivências aqui, sou grata por tê-los em meus caminhos.

Aos meus melhores amigos, Lucas e Maria Helena, obrigada por sempre se fazerem presente em minha vida. Eu amo a nossa amizade e tudo que ainda iremos construir juntos.

A Luiza Mara, por ser casa, lar e aconchego. A todas as palavras de motivação, carinho e afeto, que se tornaram cruciais para a finalização deste trabalho.

Aos amigos que fiz durante a trajetória acadêmica, obrigada por me proporcionarem momentos inesquecíveis. Em especial, Letícia, Rita, Shelda, Valdeir, Lisandro, Emily e Dimytria, amo vocês.

Aos meus amigos, José Anderson, Hebert, Andreza, Leonardo e Marcelo, que sempre se prontificaram a me ajudar, seja de forma direta ou indireta, para a realização desse projeto. Obrigada por acreditarem em mim.

Aos meus amigos do ensino médio que me acompanham e sei que torcem por mim. Especialmente Sarinha, Livinha e Felipe.

A minha orientadora Regina Marcia por sempre se prontificar a me ajudar. Agradeço pela paciência e atenção que teve comigo.

Ao professor Mairton Celestino, por me levar pela primeira vez a comunidade Custaneira e juntos definir o tema deste projeto.



## SUMÁRIO

|                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1.....</b>                                                    | <b>9</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                  | <b>10</b> |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>                                       | <b>12</b> |
| <b>2.1 Relevância do Alimento à Mesa.....</b>                             | <b>12</b> |
| <b>2.2 Políticas e Direitos que Asseguram o Acesso a Alimentação.....</b> | <b>13</b> |
| <b>2.3 Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar.....</b>               | <b>14</b> |
| <b>2.4 Acesso ao Alimento em Comunidades Quilombolas.....</b>             | <b>15</b> |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>                                                   | <b>17</b> |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                    | <b>18</b> |
| <b>MÉTODOS.....</b>                                                       | <b>19</b> |
| <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                                        | <b>19</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                     | <b>23</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                   | <b>23</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                        | <b>25</b> |

## **CAPÍTULO 1**

## 1 INTRODUÇÃO

Uma alimentação saudável e balanceada, traz benefícios indiscutíveis para a saúde, prevenindo doenças, possibilitando uma boa qualidade de vida. Tudo aquilo que ingerimos exerce um grande impacto sobre a função fisiológica e cerebral, podendo interferir no humor, no pensamento, no comportamento, na memória, no aprendizado e no envelhecimento celular. Através de uma alimentação colorida e variada, é possível fornecer os nutrientes necessários para manter o corpo e o cérebro ativo e saudável (Oliveira, 2017).

A fim de garantir uma alimentação adequada de cada indivíduo é necessário que este tenha acesso a alimentos que garantam o aporte de nutrientes completos, sendo esse um ponto crucial para definir o estado nutricional de qualquer população. O acesso ao alimento de condizente é assegurado pela Constituição vigente:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

Ademais, o direito à alimentação é também assegurado pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), um sistema de gestão intersetorial de políticas públicas que visa promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. No entanto, apesar do reconhecimento desse direito, a Insegurança Alimentar (IA) ainda é uma realidade, caracterizada pela incerteza ou preocupação quanto ao acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Essa condição está diretamente relacionada à disparidade entre renda e custo dos alimentos, refletindo as condições socioeconômicas da população brasileira (Bezerra *et al*, 2017; Burity *et al*, 2013)

A alta prevalência de IA se dá pelo alto nível de pobreza e da vulnerabilidade das famílias, o que compromete não apenas o acesso a alimentos seguros e nutritivos, mas também a efetivação de outros direitos básicos de cidadania. Essa carência alimentar impacta diretamente a saúde física e mental dos indivíduos, afetando também seu bem-estar e qualidade de vida (Sousa, 2015).

A vulnerabilidade alimentar compromete o acesso regular a alimentos nutritivos, essa realidade não é apenas um problema individual, mas coletivo, refletindo falhas estruturais na garantia de direitos básicos. Embora iniciativas como o Programa Bolsa Família ou Ações de Distribuição de Alimento (ADA) busquem oferecer suporte, o auxílio fornecido muitas vezes é insuficiente frente ao alto custo dos alimentos, levando famílias de baixa renda a reduzir a

quantidade e qualidade do que consomem (Burity *et al*, 2013).

A IA é uma realidade ainda mais alarmante para grupos com menor renda e nível de instrução. Grupos reconhecidos por sua ancestralidade negra ocupam todo território nacional e são atingidos de modo direto pela IA. Entre esses grupos se destacam as comunidades quilombolas, pois constituem uma parte da população marginalizada, discriminadas, essas comunidades sofrem com a falta de acesso a direitos essenciais, refletindo as desigualdades estruturais que persistem na sociedade brasileira (Maciel *et al.*, 2021).

As remanescentes quilombolas são comunidades constituídas predominantemente pela população negra, que se autodefine por sua ligação com a terra, o parentesco, a ancestralidade, o território, a ancestralidade e as tradições culturais próprias. Além disso, os quilombos possuem sua própria forma de organização social, ocupando territórios e utilizando os recursos naturais. No Brasil, o número de territórios quilombolas tem aumentado, com o Censo Demográfico de 2022 indicando que a população quilombola é de 1.327.802 pessoas, representando 0,65% da população total, sendo a região Nordeste a mais expressiva, com 68,2% dessa população. Estima-se que existam 5.972 localidades quilombolas, mas apenas 404 territórios são oficialmente reconhecidos (INCRA, 2013; IBGE 2022).

Apesar da utilização de recursos naturais, as comunidades quilombolas enfrentam significativa instabilidade alimentar, evidenciando que as políticas de acesso à alimentação não cobrem a territorialização de forma adequada. Estudos indicam que as regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente, apresentam maior incidência de insegurança alimentar, com cerca de três milhões de domicílios enfrentando restrição alimentar ou fome (Maciel *et al*, 2021).

Considerando que a falta de acesso a uma alimentação nutritiva nas comunidades quilombolas agrava a insegurança alimentar, evidenciando a carência de políticas públicas eficazes. Diante disso, constitui-se a proposta de estudar a segurança alimentar nessas comunidades para avaliar a aplicação dessas políticas e garantir a efetivação desse direito, visando subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes para melhorar a qualidade de vida e saúde dessa população.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Relevância do Alimento à Mesa

A alimentação é um direito reservado a todo e qualquer indivíduo. Segundo o Caderno de Segurança Alimentar (2011), todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana, ou seja, uma boa alimentação deve ser baseada em todo e qualquer alimento que forneça os nutrientes necessários para a manutenção da vida (Maluf et al, 2019).

Uma alimentação saudável e balanceada, traz benefícios indiscutíveis para a saúde, prevenindo doenças, possibilitando uma boa qualidade de vida e o bom desempenho de atividades em geral. Tudo aquilo que ingerimos exerce um grande impacto sobre a função fisiológica e cerebral, podendo interferir no humor, no pensamento, no comportamento, na memória, no aprendizado e no envelhecimento celular. Através de uma alimentação colorida e variada, é possível fornecer os nutrientes necessários para manter o corpo e o cérebro ativo e saudável (Oliveira, 2017).

Para os humanos, o alimento está presente nos hábitos de várias formas, pois diariamente entra-se em contato com o mesmo, já que é elemento fundamental para a sobrevivência, entretanto, essa realidade não se aplica a todos, tendo em vista que existe uma desigualdade social significativa na sociedade a qual fazemos parte. A falta de acesso a alimentos em quantidade ou qualidade necessária traz impactos para a saúde, prejuízos no desenvolvimento físico, cognitivo e aumento da probabilidade de doenças (Galindo *et al*, 2021).

Para a nutrição adequada de cada indivíduo é necessário que este tenha acesso a alimentos que garantam o aporte de nutrientes completos, sendo esse um ponto crucial para definir o estado nutricional de qualquer população. Vale lembrar que a alimentação é um importante veículo não somente da nutrição em si, mas também da cultura, comportamentos de determinadas comunidades e até mesmo os laços afetivos criados à sua volta (Ministério Da Saúde, 2005).

O acesso à alimentação exerce um papel expressivo quando analisada em conjunto com as situações sociais de uma sociedade, pois demonstra se as políticas propostas por

governos são realmente aplicadas na prática pelos órgãos e profissionais de saúde responsáveis (Burity *et al*, 2013).

## **2.2 Políticas e Direitos que Asseguram o Acesso a Alimentação**

O acesso à alimentação e nutrição adequada é um reflexo importante das inúmeras políticas de um país, sendo possível avaliar o nível de pobreza, saúde, economia e educação de determinadas regiões do Brasil. As possibilidades políticas de aliviar os efeitos das crises econômicas sobre os mais pobres por meio de políticas anticíclicas e pelo funcionamento de uma institucionalidade robusta de programas de segurança alimentar, foram progressivamente se deteriorando em um cenário de instabilidade política (Galindo *et al*, 2021).

Em meio a estas instabilidades políticas e econômicas, existem programas criados e elaborados para cuidar das situações mais carentes do país, ou seja, para assegurar que estes tenham acesso aos seus direitos estabelecidos por lei. Através dessas políticas a população brasileira pode passar por transformações, como a diminuição do nível de pobreza, a exclusão social e, conseqüentemente, a da fome e desnutrição (Galindo, *et al* 2021).

As políticas que assegurem o acesso à alimentação por toda população estão contempladas na PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição), política promulgada em 1999 e reformulada em 2012, com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira. Essa é apenas uma das várias políticas que foram criadas para o acesso seguro e garantido de famílias em situação de vulnerabilidade (Ministério Da Saúde, 2011).

Outras políticas elaboradas para a garantia do acesso à alimentação foram a SISEAN, que se estrutura por meio da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), pela Câmara interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Ainda faz parte das políticas o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar (SA), que trabalham em conjunto para fiscalizar, assegurar e promover a qualidade da alimentação (Silva, 2006).

O CONSEA é um órgão importante no desenvolvimento das políticas voltadas à alimentação, criado em 1993 tornou-se referência na discussão de programas voltados à

segurança alimentar. O CONSEA visa exercer o controle social do Brasil, com esse objetivo foi formulado a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN), responsável por estabelecer parâmetros e programas para financiamento da agricultura familiar. (Freitas, 2017).

### **2.3 Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar**

A SAN exerce papel significativo diante das situações de vulnerabilidade. O conceito foi utilizado pela primeira vez durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e relacionava-se diretamente com a capacidade de cada país produzir o seu próprio alimento. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), esse conceito retorna gerando tensão entre as recém-criadas organizações mundiais (CONSEA, 2004).

Após as grandes guerras, a SAN passou a ser entendida como uma questão de insuficiência de alimentos, e a partir disso, alternativas foram criadas para promover assistência alimentar adequada. Desde então foram convocadas conferências e assembleias para fomentar debates e decisões que favorecessem a oferta de alimentos associada à sua produção, enfatizando a importância de garantir a regularidade no abastecimento (Burity *et al*, 2013)

A Segurança Alimentar, então, nada mais é do que a garantia de que qualquer pessoa terá acesso de forma responsável a quantidade suficiente de alimentos em sua mesa. Define-se assim a SAN como a garantia do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais ( Maluf, 2020).

Em contrapartida, quando não há a disponibilidade do acesso ao alimento, seja por riscos socioeconômicos, perda da biodiversidade, desigualdades sociais, processos produtivos e de comercialização ou violação da identidade cultural dos povos, o termo utilizado é a insegurança alimentar, ou seja, redução da quantidade e qualidade dos alimentos. A insegurança alimentar é caracterizada pela falta de acesso à alimentação, fator este que depende, predominantemente, da relação entre renda e o preço do alimento (Bezerra, *et al* 2015).

A Insegurança Alimentar (IA) é uma realidade presente em grupos sociais de baixa renda, sem acesso físico, econômico e social à alimentação. Apesar dos avanços observados

na diminuição das desigualdades no Brasil, ainda é grande o contingente de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, com desigualdades regionais e de outras índoles como de cor/raça, faixa etária, faixa de renda e localização urbano vs. rural, que implicam em importantes desafios (Bezerra, *et al* 2017)

#### **2.4 Acesso ao Alimento em Comunidades Quilombolas**

A IA, como já mencionado, atinge diversos grupos onde há menor renda e menor grau de instrução. Grupos reconhecidos por sua ancestralidade negra ocupam todo território nacional e são atingidos de modo direto pela insegurança alimentar. Entre esses grupos se destacam as comunidades Quilombolas, pois constituem uma parte da população marginalizada, discriminada socialmente e vulnerável à falta de acesso à saúde, educação e alimentação (Maciel *et al*, 2021).

As comunidades Quilombolas ou comunidades remanescentes dos Quilombos são ricas em ancestralidade, tradições e práticas culturais. A palavra quilombo é a incorporação à língua portuguesa de um termo africano que significava esconderijo. Em nosso país, essas comunidades são descendentes de grupos de escravos fugidos que procuravam abrigo em locais de difícil acesso para neles construir padrões africanos de organização (Souza, 2012)

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece as comunidades Quilombolas, a fim de garantir o exercício dos direitos culturais e acesso às políticas públicas de governo. Entretanto, essa não é a realidade desta comunidade afro-brasileira, tendo em vista que existe a falta de acesso a alimentos, baixa escolaridade, menor renda e vulnerabilidade socioeconômica (Pereira, 2022).

Os direitos sociais, territoriais, econômicos e em especial a segurança alimentar, são direitos garantidos e preservados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que confere ao Decreto nº 6.040, de 2007:

Segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e ambientalmente, cultural, econômica e socialmente sustentável. (Decreto nº 6.040, de 2007)

A insegurança alimentar presente nessas comunidades, demonstra de forma evidente que as políticas de acesso à alimentação antes apresentadas não cobrem a territorialização de forma adequada. Estudos mostram que residentes das regiões Norte e Nordeste do país estiveram mais sujeitos à condição de restrição alimentar e fome do que nas demais regiões, com realidade de consumo alimentar comprometido ou fome presente em cerca de três milhões de domicílios do Brasil (Maciel *et al*, 2021).

A comunidade remanescente a ser estudada neste trabalho, Custaneira Tronco fica localizada a oito quilômetros da cidade de Paquetá do Piauí, no sudeste do estado.

É uma comunidade tradicional quilombola que tem na agricultura familiar de subsistência a principal fonte de desenvolvimento econômico local. Sua população é totalmente composta por afrodescendentes, como são denominados os descendentes de negros escravizados. Suas práticas religiosas estão ligadas a cultos de origem na África do Sul. A comunidade resiste a anos de luta pela conquista da representatividade, hoje é liderada pelo Pai de Santo local, Arnaldo Lima, conhecido como Naldinho, líder tanto nos cultos, como na luta pelos seus direitos (Sousa, et al 2020).

Nas comunidades Quilombolas é comum o plantio do próprio alimento, caça e a pequena criação de gado, entretanto a maioria do que é produzido é vendido para a tentativa de sustento à família. Ainda assim, esses pequenos agricultores são atingidos pela insegurança alimentar, pois ainda existe uma menor renda mensal, maior densidade familiar e menor escolaridade, por isso se faz tão necessário a aplicação das políticas de forma adequada e qualificada, para que assim possibilitem o acesso aos direitos conquistados por essa comunidade (Silva, 2017).



## **CAPÍTULO II**

(Artigo científico a ser submetido à Revista Nutrição em Pauta ISSN 2236-1022)

# SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO INTERIOR DO PIAUÍ

## FOOD SECURITY IN A QUILOMBOLA COMMUNITY IN THE INTERIOR OF PIAUÍ

**Leticie Beatriz Pereira Marques**

Graduanda em Nutrição (UFPI)

**Regina Márcia Soares Cavalcante**

Nutricionista, Especialista em Saúde Pública, Mestre em Ciências e Saúde, Doutora em Alimentos e Nutrição e Professora Adjunta do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí-CSHNB. [reginalunna@gmail.com](mailto:reginalunna@gmail.com) Tel. 86 999432675

**RESUMO:** As comunidades quilombolas, formadas majoritariamente pela população negra, são marcadas por laços de ancestralidade, território e cultura. No entanto, a insegurança e o acesso limitado à alimentação comprometem o direito à segurança alimentar desses povos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi investigar a Segurança Alimentar na Comunidade Quilombola do Interior do Piauí. Os dados foram obtidos por formulário semiestruturado e coleta antropométrica, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Participaram desta pesquisa 11 famílias, das quais parte apresentou níveis de insegurança alimentar leve e moderada. Desafios como baixa escolaridade, distância dos centros urbanos e falta de transporte dificultam o acesso a alimentos. Em contrapartida, a agricultura familiar, o acesso à água tratada e a forte organização comunitária contribuem para amenizar a insegurança alimentar e fortalecer a rede de apoio entre os moradores.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar. Insegurança Alimentar. Quilombolas.

**ABSTRACT:** Quilombola communities, made up mostly of black people, are marked by ties of ancestry, territory and culture. However, insecurity and limited access to food compromise the right to food security of these peoples. In this context, the aim of this study was to investigate food security in a Quilombola community in the interior of Piauí. Data was collected using a semi-structured form and anthropometric data, using the Brazilian Food Insecurity Scale. Eleven families took part in the study, some of whom had mild or moderate levels of food insecurity. Challenges such as low schooling, distance from urban centers and lack of transport make it difficult to access food. On the other hand, family farming, access to treated water and strong community organization help to alleviate food insecurity and strengthen the support network among residents.

**Keywords:** Food Security. Food Insecurity. Quilombolas.

### INTRODUÇÃO

A alimentação saudável desempenha papel fundamental na promoção à saúde, bem-estar e prevenção de doenças de qualquer indivíduo. Fornecer nutrientes essenciais à vida, reduzir os riscos de doenças crônicas estão entre os principais benefícios de uma alimentação balanceada. A ausência ou a má alimentação pode influenciar negativamente na diminuição da capacidade de desenvolvimento cognitivo, físico, mental e psicossocial de um sujeito. Observa-se, então, que uma ingestão nutricional satisfatória possui impacto positivo sobre a função fisiológica e cerebral (Alves; Cunha, 2020).

O acesso à alimentação passa então a ser um indicador de bem-estar, abrangendo a capacidade das pessoas obterem alimentos de qualidade em quantidades suficientes. Isso envolve assegurar que os indivíduos tenham meios físicos, econômicos e sociais de adquirir alimentos nutritivos, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade saudável.

No entanto, a distribuição de alimentos é bastante desigual no mundo e afeta de forma importante os padrões de consumo de uma população. São evidentes as diferenças na distribuição de alimentos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que deixa claro a relevância do fator político-econômico, assim como as diferenças dentro do próprio país (Abreu *et al.*, 2001).

O acesso equitativo de alimentos deve ser assegurado a todo e qualquer cidadão, sendo configurado então como Segurança Alimentar, que se refere a garantia de que todos tenham acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, para assim, atender as necessidades alimentares e as demais preferências culturais. Em contrapartida, a insegurança alimentar ocorre quando há falta de garantia desse acesso, resultando em dificuldade em obter alimentos em quantidade e qualidade adequada para consumo (Galindo *et al.*, 2021).

A carência alimentar é realidade de diversos grupos em vulnerabilidade social, que estão sujeitos aos impactos pertinentes não somente à desnutrição, mas também à falta de recursos básicos, discriminação e exclusão social. Grupos reconhecidos por sua ancestralidade negra ocupam todo território nacional e são atingidos de modo direto pela insegurança alimentar. Entre esses grupos se destacam as comunidades quilombolas, pois constituem uma parte da população marginalizada, discriminada socialmente e vulnerável à falta de acesso à saúde, educação e alimentação (Maciel *et al.*, 2021).

Segundo o INCRA (2013), às comunidades remanescentes quilombolas são constituídas predominantemente pela população negra, que se autodefine como a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições, das práticas culturais próprias. Além disso, os quilombos possuem sua própria forma de organização social, ocupando territórios e utilizando os recursos naturais, no entanto, ainda assim estes estão susceptíveis a insegurança alimentar se fazer presentes dentro dessas comunidades, muitas vezes por falta de acesso a programas do governo como o Programa Bolsa Família ou Ações de Distribuição de Alimento (ADA).

Dessa forma, considerando a possível falta de acesso a alimentos nutritivos e a incerteza da garantia da consolidação do direito à alimentação adequada, direito humano básico, pelas comunidades mais vulneráveis como as remanescentes quilombolas, o objetivo do estudo foi investigar a segurança alimentar em comunidade quilombola do interior do Piauí.

## **MÉTODOS**

Estudo de caráter observacional, analítico do tipo transversal, desenvolvido mediante pesquisa de campo na comunidade quilombola situada a 42 km da cidade de Picos-PI, com latitude 07° 06' 38" S e longitude 41° 41' 50" W. A pesquisa foi realizada com 11 famílias residentes de forma permanente na comunidade. Em cada domicílio, foi entrevistado somente um indivíduo adulto, cujo papel por muitas vezes era de dirigente familiar, o que o possibilitou a responder às questões referentes a todos os membros da moradia.

Os elementos utilizados para esta operacionalização da pesquisa foram uma balança digital da marca Multilaser (modelo Digi-Health), uma fita métrica e um formulário semiestruturado baseado na EBIA (Escala Brasileira de Medida Direta da Insegurança Alimentar). A coleta de dados foi realizada dentro da residência do entrevistado, maior de 18 anos, após o mesmo assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Então, a pesquisa iniciou-se utilizando o questionário EBIA adaptado e, em seguida, a mensuração do peso e altura do responsável pelo sustento familiar. Desta maneira, foi viável verificar como esses indivíduos responsáveis pela administração familiar, conseguiam o alimento e o sustento dentro de suas moradias, possibilitando assim verificar como é mantida a segurança alimentar nessa comunidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A comunidade estudada é composta por 18 famílias, das quais 11 (61,11%) participaram da pesquisa. Cada entrevista foi realizada com o responsável familiar. A média de moradores por domicílio foi de 3 pessoas, com idade média de 45,8 anos, com idade mínima de 17 e máxima de 81. Em relação ao sexo, observou-se predominância do sexo feminino, representando 54,54% dos entrevistados, enquanto os homens corresponderam a 36,36%. Em termos de estado civil, 45,45% dos entrevistados declararam viver em matrimônio, 36,36% em união estável, e os demais se declararam solteiros, como mostra a Tabela 01.

**Tabela 01:** Dados demográficos dos entrevistados.

| Variável                        | Dados                                                                       |
|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| Média de habitantes por família | 3 pessoas                                                                   |
| Faixa etária                    | Média: 45,8 anos;<br>Mínima: 17 anos;<br>Máxima: 81 anos.                   |
| Sexo                            | Mulheres 54,54%<br>Homens 36,36%                                            |
| Estado civil                    | Matrimônio: 5 (45,45%)<br>União estável: 4 (36,36%)<br>Solteiro: 2 (18,18%) |

**Fonte:** Autoria própria, 2024.

Em relação ao estado nutricional, a média do Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes foi de 24,8 Kg/m<sup>2</sup>, o que indica eutrofia, ou seja, a maioria encontra-se dentro do peso adequado. No que se refere à segurança alimentar, dois domicílios com menores de 18 anos e três domicílios sem menores apresentaram situação de Segurança Alimentar (SA). A Insegurança Alimentar Leve (IL) foi identificada em dois domicílios com menores e em outros dois sem menores. A Insegurança Alimentar Moderada (IM) foi observada em duas moradias, sendo uma com presença de menores e outra sem, conforme demonstrado na tabela 02.

**Tabela 02:** Distribuição dos domicílios, segundo a Segurança Alimentar

|                                     | Domicílios com menores de 18 anos | Domicílios sem menores de 18 anos |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Segurança Alimentar (SA)            | 2 (18,18%)                        | 3 (27,27%)                        |
| Insegurança Alimentar Leve (IL)     | 1 (9,09%)                         | 3 (27,27%)                        |
| Insegurança Alimentar Moderada (IM) | 1 (9,09%)                         | 1 (9,09%)                         |
| Insegurança Alimentar Grave (AG)    | -                                 | -                                 |

**Fonte:** Autoria própria, 2024.

No Brasil, a insegurança alimentar nas comunidades de remanescente quilombola representa um desafio complexo, que reflete as disparidades sociais e econômicas enfrentadas por esse grupo. Mediante a realização da pesquisa, através dos diálogos e saberes transmitidos foi possível compreender as estratégias adotadas por esses indivíduos para enfrentar as situações de escassez alimentar.

Segundo Silva *et al.* (2017), após realização de um estudo com um povoado quilombola do interior da Bahia, constatou-se que os indivíduos dessas comunidades são

altamente suscetíveis a Insegurança Alimentar (IAN), devidos às condições financeiras precárias a que estão submetidos. Essa realidade gera preocupação quanto ao acesso a uma alimentação nutritiva e em quantidades suficientes para os moradores daquele domicílio. Parte das famílias entrevistadas era beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); no entanto, a renda fornecida pelo governo não se mostrava suficiente para garantir o acesso pleno e seguro à alimentação, uma vez que os recursos não eram utilizados exclusivamente para esse fim. Dessa forma, reforça-se a necessidade de programas que fortaleçam a agricultura familiar, promovam geração de empregos e incentivem a capacitação profissional.

Apesar das adversidades, as famílias assistidas pelo PBF ou por outros programas sociais podem apresentar resultados satisfatórios em relação à alimentação. Pesquisa realizada por Ferreira *et al* (2013), em comunidade remanescente do quilombo em Alagoas, verificou que esse benefício pode impactar de forma favorável para a SAN de crianças. No entanto, estudo realizado pelo IBGE (2006), mostrou que apesar do PBF permitir que os indivíduos tenham renda para adquirir alimentação suficiente e de qualidade, as taxas de IA ainda eram significativas. Isso evidencia que, embora o programa possa melhorar as condições de vida das famílias, isoladamente ele não é capaz de garantir a SAN.

De acordo com Coradin e Sousa (2015), a participação nos programas governamentais de acesso à alimentação é reduzida nas comunidades quilombolas do estado do Pará. Essa dificuldade está relacionada, principalmente, à falta de conhecimento dos programas, que ocorre devido à ausência de compreensão das informações expostas. Na comunidade quilombola analisada nesta pesquisa, o analfabetismo ainda é uma realidade, sendo relatado por parte dos responsáveis familiares entrevistados, podendo ser um fator limitante na tomada de decisões informadas e consequentemente no acesso às políticas públicas. Nesse contexto, o analfabetismo contribui para a IA, pois dificulta o processo de decisão sobre alimentação, a gestão dos recursos disponíveis e, principalmente, as escolhas alimentares.

A ausência de saneamento básico implica diretamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dentro das comunidades tradicionais. O acesso à água potável, ao tratamento de esgoto e à adoção de boas práticas alimentares contribui de forma significativa para a prevenção de doenças. Segundo análise de Carvalho (2009), a falta de infraestrutura sanitária pode comprometer a absorção adequada dos alimentos pelo organismo, devido à contaminação microbiológica. No entanto, a comunidade analisada nesse estudo possui acesso a saneamento básico e água tratada, o que influencia positivamente tanto na segurança alimentar quanto na saúde e qualidade de vida de seus moradores. Confirmando esse achado, a pesquisa de Salles-Costa *et al* (2008), realizada com famílias moradoras do município de Duque de Caxias-RJ, verificou que as moradias onde havia presença de filtro e saneamento básico apresentavam taxas menores de IA.

A forma de organização das comunidades tradicionais molda de forma significativa a manutenção da SAN dentro de seus territórios. No modo de produção e consumo alimentar da comunidade da presente pesquisa, destaca-se a agricultura familiar com plantio de feijão, milho, melancia, abóbora e a criação de galinhas e porcos em recinto aberto, sendo em sua maioria para consumo próprio. Consoante a pesquisa realizada com agricultores por Santos e Garavello (2016) na comunidade quilombola da Barra do Turvo-SP, destacou que os alimentos produzidos na roça local reforçam a importância da produção para o autoconsumo, pois acaba por garantir a manutenção de uma nutrição variada e satisfatória para o controle da SAN.

Na comunidade estudada, a aquisição de alimentos se dá através dos pequenos comércios das cidades vizinhas (Paquetá e Santa Cruz do Piauí), cerca de 32km da comunidade. Parte dos entrevistados relatou recorrer à compra “fiada”, ou seja, com pagamento previsto para data futura, especialmente em situações de falta de produtos em domicílios. Essa prática, entretanto, é dificultada pela escassez de transporte para locomoção até as cidades, o que representa um fator que pode agravar a IA. Estudo realizado por Lopes *et al* (2020) com agricultores familiares quilombolas do Baixo Tocantins-PA, observou nas falas dos entrevistados que o acesso aos programas governamentais e à aposentadoria possibilitou aos moradores ganhar a confiança dos comerciantes locais, viabilizando a prática da compra “fiada”. Essa aquisição a prazo, por sua vez, proporciona certa segurança quanto à garantia de refeições, mesmo em períodos de escassez de renda para aquisição imediata de

alimentos.

A estrutura organizacional da comunidade quilombola localizada no interior do Piauí tem contribuído significativamente para o enfrentamento da IA. Baseado em princípios comunitários, tradicionais e familiares, esse arranjo promove um sistema participativo, fundamentado em decisões coletivas. O líder comunitário desempenha um papel essencial ao assegurar de forma direta que todos os moradores da referida comunidade obtenham alimentos, seja por meio da produção agrícola local ou do fornecimento de produtos como o leite. Os relatos dos entrevistados evidenciam um forte sistema de colaboração entre os moradores, construído com o objetivo de evitar que qualquer família enfrente situações de necessidade. Essa rede de apoio é fruto das longas lutas de resistência na comunidade pesquisada. O estudo de Soares (2023), realizado na mesma comunidade quilombola abordada nesta pesquisa, o autor descreve que, desde jovem, esse líder dedica sua vida à luta quilombola, tendo ocupado cargos relevantes na coordenação estadual dos quilombolas do Piauí. Sua atuação tem sido fundamental para a valorização, organização e visibilidade da comunidade, fortalecendo a identidade coletiva e promovendo melhorias nas condições de vida dos moradores.

## CONCLUSÃO

A promoção da segurança alimentar em comunidades quilombolas é essencial para garantir não apenas a nutrição adequada, mas também para preservar a cultura e fortalecer a economia local. Através deste estudo, foi possível evidenciar que a comunidade quilombola do interior do Piauí enfrenta as adversidades de forma direta graças à sua estrutura organizacional e à forte liderança comunitária, os moradores conseguem evitar a IA grave. De fato, não foram identificados casos desse tipo na comunidade, pois o líder local atua ativamente para assegurar que todas as famílias tenham acesso à alimentação, seja por meio do cultivo, do compartilhamento de alimentos ou da mobilização coletiva. A comunidade, é um símbolo de resistência viva, uma potência e uma verdadeira família, que se mobiliza para cuidar dos seus. É um local de troca entre gerações, onde os saberes dos mais velhos são compartilhados com os mais jovens. No entanto, ao contrário do que foi constatado no povoado, muitas outras comunidades ainda vivem em situações precárias de vida e alimentação. Por isso, torna-se urgente a implementação de novas políticas públicas que atuem em conjunto com o PBF e demais programas, ampliando o alcance e a efetividade das ações voltadas à segurança alimentar.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edeli Sioni *et al.* Alimentação Mundial- uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade** 10(2):3-14,2001.
- ALVES, G. M.; CUNHA, T. C. O. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v.10, n.27, p.46 -62, 2020.
- CARVALHO MC. Segurança Alimentar. **Revista e Portal SESC São Paulo** [periódico eletrônico] 2009. Disponível em:<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas>.
- CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de; Os quilombos e os Programas de Aquisição de Alimento (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. **Rev. Nera**. ano 18,nº 26. edição especial-2015. ISSN:18066755.
- FERREIRA, Haroldo da Silva; LAMENHA, Maria Laura Dias. XAVIER, Antonio Fernando Silva; CAVALCANTE, Jauri Calado; SANTOS, Andrea Marques. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2011:30(1):51–8.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004: Segurança Alimentar. **Rio de Janeiro**; 2006.
- GALINDO, E. TEIXEIRA, M. A.; de ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ,L. Efeitos da Pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**. Berlin, n.4. 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20F MG.pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

**Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).** Documento síntese: Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas, 2008, p1-20. Disponível em: [https://www.saude.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2016-07/repercursos-es-do-pbf-na-san-das-familias-beneficiadas.pdf](https://www.saude.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-07/repercursos-es-do-pbf-na-san-das-familias-beneficiadas.pdf).

LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia. Bolsa Família e a construção das capabilities entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará. **Rev. RAF**. v.14, nº02/jul-dez 2020, ISSN 141-0810.

MACIEL, Erika da Silva *et al.* Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, n. 021017, p. 1-10. 2021.

SALLES-COSTA, Rosana; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira de Leite; VEIGA, Gloria Valeria; JARDIM, Beatriz Cordeiro. Associação entre os fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. a de Nutrição**. 2008;21:99-109

SANTOS, Katia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. MEPE. Uma análise agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, **SP. Redes**. 2016;21(3):196-216.

SILVA, Etna Kaliane Pereira de; MEDEIROS, Danielle Souto de; MARTINS, Poliana Cardoso; SOUSA, Lilian de Almeida; LIMA, Gislane Pereira; RÊGO, Maria Amanda Sousa; SILVA, Tainan Oliveira da; FREIRE, Alessandra Silva; SILVA, Fernanda Moitinho. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cad. Saúde Pública** 2017; 33(4):e00007716.

SOARES, Marcelo Victor Luz. “**Aprendemos ouvindo com a forma que nossos mais velhos ensinou**”: a Comunidade Quilombola Custaneira e seus ritos Afro-brasileiros. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2023.

## ANEXOS

### Normas da Revista

#### Normas para Publicação de Artigos Científicos

A revista *Nutrição em Pauta* publica artigos inéditos que contribuam para o estudo e o desenvolvimento da ciência da nutrição nas áreas de nutrição clínica, nutrição hospitalar, nutrição e pediatria, nutrição e saúde pública, alimentos funcionais, foodservice, nutrição e gastronomia e nutrição esportiva.

São publicados artigos originais, artigos de revisão e artigos especiais. Os artigos recebidos são avaliados pelos membros da comissão científica da revista. Os autores são responsáveis pelas informações contidas nos artigos. Somente serão avaliados os artigos cujo autor principal seja assinante da revista *Nutrição em Pauta*. Os artigos aprovados para publicação na *Nutrição em Pauta* poderão ser publicados na edição impressa e/ou na edição eletrônica da revista (Internet), assim como em outros meios eletrônicos (CD-ROM) ou outros que surjam no futuro. Ao autorizar a publicação de seus artigos na revista, os autores concordam com estas condições.

#### Envio do artigo

Enviar o artigo para a *Nutrição em Pauta*, através do email [redacao@nutricaoempauta.com.br](mailto:redacao@nutricaoempauta.com.br), em arquivo editado com MS Word e formatado em papel tamanho A4, espaço simples, fonte tamanho 12, Times New Roman. O tamanho máximo total do artigo é de 6 páginas.

Serão aceitos somente artigos em português. Indicar o nome, endereço, números de telefone e fax, além do email do autor para o qual a correspondência deve ser enviada. Os autores deverão anexar uma declaração de que o artigo enviado não foi publicado anteriormente em nenhuma outra revista.

Serão recebidos artigos originais (relatórios de pesquisa clínica ou epidemiológica), artigos de revisão (sínteses sobre temas específicos, com análise crítica da literatura e conclusões dos autores) e artigos especiais, em geral encomendados pelos editores, sobre temas relevantes, técnicas gastronômicas e editoriais para discutir um tema ou algum artigo original controverso e/ou interessante.

#### Apresentação do Artigo

Deve conter o título em português e inglês e o nome completo sem abreviações de cada autor com o respectivo currículo resumido (2 a 3 linhas cada), palavras-chave para indexação em português e inglês, resumo em português e inglês de no máximo 150 palavras, texto com tabelas e gráficos, e as referências.

O texto deverá conter: introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusões. As imagens obtidas com “scanner” (figuras e gráficos) deverão ser enviadas em formato .tif ou .jpg em resolução de 300 dpi. As tabelas, quadros, figuras e gráficos devem ser referidos em números arábicos.

Pacientes envolvidos em estudos e pesquisas devem ter assinado o Consentimento Informado e a pesquisa deve ter a aprovação do conselho de ética em pesquisa da instituição à qual os autores pertencem.

As referências e suas citações no texto devem seguir as normas específicas da ABNT, conforme instruções a seguir.

#### CITAÇÕES NO TEXTO (NBR10520/2002)

**a.** sobrenome do autor seguido pelo ano de publicação. Ex.: (WILLETT, 1998) ou “Segundo Willett (1998)”

**b.** até três autores, citar os três separados por ponto e vírgula. Ex.: (CORDEIRO; GALVES; TORQUATO, 2002). Mais de três autores, citar o primeiro seguido da expressão “et al.”

#### REFERÊNCIAS (ABNT NBR-6023/2002)

a. ordem da lista de referências – alfabética

b. autoria – até três autores, colocar os três (sobrenome acompanhado das iniciais dos nomes) separados por ponto e vírgula (;). Ex.: CORDEIRO, J.M.; GALVES, R.S.; TORQUATO,

C.M. Mais de três autores, colocar somente o primeiro autor seguido de “et al.”

c. títulos dos periódicos – abreviados segundo Index Medicus e em itálico

d. Exemplo de referência de artigo científico (para outros tipos de documentos, consultar a ABNT): POPKIN, B.M. The nutrition and obesity in developing world. *J. Nutr.*, v.131, n.3, p.871S-873S, 2001.

**Obs.: a exatidão das referências é de responsabilidade dos autores.**

#### **Notas do Editor**

Caberá ao editor, visando padronizar os artigos ou em virtude de textos demasiadamente longos, suprimir, na medida do possível e sem cortar trechos essenciais à compreensão, textos, tabelas e gráficos dispensáveis ao correto entendimento do assunto. Os artigos que não se enquadrem nas normas da revista poderão ser devolvidos aos autores para os ajustes necessários.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**

**1. Identificação do material bibliográfico:**

- Tese  Dissertação  Monografia  TCC Artigo  Livro  
 Capítulo de Livro  Material Cartográfico ou Visual  Música  
 Obra de Arte  Partitura  Peça de Teatro  Relatório de pesquisa  
 Comunicação e Conferência  Artigo de periódico  Publicação seriada  
 Publicação de Anais de Evento

**2. Identificação do Trabalho Científico:**

Curso de Graduação: Bacharelado em Nutrição

Programa de pós-graduação: \_\_\_\_\_

Outro: \_\_\_\_\_

Autor(a): Leticie Beatriz Pereira Marques

E-mail: biatrizpereira06@gmail.com

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Regina Marcia Soares Cavalcante

Instituição: UFPI/CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. Paulo Victor de Lima Sousa

Instituição: Facid

Membro da banca: Prof<sup>a</sup>. Me. Marilene Magalhães de Brito

Instituição: Uninassau

Membro da banca: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_

Membro da banca: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_

Membro da banca: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_



Titulação obtida: Bacharel em Nutrição

Data da defesa: 16/02/2024

Título do trabalho: Segurança Alimentar em Comunidade Quilombola do interior do Piauí

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): \_\_\_\_\_

**3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:**

Liberação para publicação:

Total:

Parcial: . Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado\* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Universidade Federal do Piauí/CSHNB/Picos-PI Data: 04/07/2025

Assinatura do(a) autor(a): \_\_\_\_\_

 Documento assinado digitalmente  
LETICIE BEATRIZ PEREIRA MARQUES  
Data: 04/07/2025 20:21:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).